

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS DE CHAPECÓ- SC
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS SURDAS:
DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

CARLIENE SOARES GONÇALVES

**CHAPECÓ
2025**

CARLIENE SOARES GONÇALVES

**ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS SURDAS:
DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Pedagogia da
Universidade Federal da Fronteira Sul
(UFFS) - Campus Chapecó, como requisito
parcial para obtenção do título de
Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Ms. Naiara Letícia Valentini

**CHAPECÓ
2025**

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Gonçalves, Carliene Soares
Alfabetização de Crianças surdas: Desafios e
Possibilidades / Carliene Soares Gonçalves. -- 2025.
25 f.

Orientadora: Prof^a.Ms Naiara Leticia Valentini

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em Pedagogia, Chapecó, SC, 2025.

1. Alfabetização de surdos. 2. Educação Bilíngue. 3.
Surdez. 4. Libras. I. Valentini, Naiara Leticia, orient.
II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

CARLIENE SOARES GONÇALVES

**ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS SURDAS:
DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Pedagogia
da Universidade Federal da
Fronteira Sul (UFFS) - Campus
Chapecó, como requisito parcial
para obtenção do título de
Licenciada em Pedagogia.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 29/05/2025.

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente

NAIARA LETICIA VALENTINI

Data: 14/07/2025 09:33:35-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Ms. Naiara Letícia Valentini – UFFS
Orientadora



Documento assinado digitalmente

PATRICIA GRAFF

Data: 07/07/2025 13:36:48-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr.^a Patrícia Graff – UFFS
Avaliadora



Documento assinado digitalmente

CARLOS ROBERTO FRANCA

Data: 07/07/2025 13:19:48-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Carlos Roberto França – UFFS
Avaliador

RESUMO

Este trabalho aborda sobre a alfabetização de crianças surdas e teve como objetivo analisar os desafios e as possibilidades envolvidos no processo de alfabetização de crianças surdas, com ênfase na perspectiva bilíngue, que considera a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e a língua portuguesa como segunda. Por meio de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, foram selecionadas e analisadas publicações científicas disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES, no período de 2002 a 2024. A análise revelou que, embora a legislação brasileira reconheça a Libras como meio legal de comunicação, ainda persistem entraves significativos no campo educacional. Entre os principais obstáculos estão a ausência de formação adequada dos professores, a escassez de materiais didáticos adaptados, a carência de políticas públicas consistentes e a falta de acessibilidade nos espaços escolares. Também foi possível constatar que muitos profissionais da educação não estão suficientemente preparados para lidar com as especificidades da educação de surdos, o que compromete a efetivação de práticas pedagógicas inclusivas. A pesquisa destaca a importância da valorização da Libras, da formação docente continuada e da adoção de estratégias pedagógicas que respeitem a identidade linguística e cultural dos alunos surdos. Conclui-se que a promoção de uma alfabetização de surdos de qualidade requer investimentos em políticas educacionais inclusivas, recursos acessíveis e práticas comprometidas com a equidade e com os direitos linguísticos da comunidade surda.

Palavras-chave: Alfabetização de surdos. Educação bilíngue. Surdez. Libras.

ABSTRACT

This study addresses the literacy of deaf children and aims to analyze the challenges and possibilities involved in their literacy process, with an emphasis on the bilingual perspective, which considers Brazilian Sign Language (Libras) as the first language and Portuguese as the second. Through a qualitative bibliographic research, scientific publications available on the CAPES Journal Portal were selected and analyzed, covering the period from 2002 to 2024. The analysis revealed that, although Brazilian legislation recognizes Libras as a legally established means of communication, significant barriers persist within the educational field. Among the main obstacles are the lack of adequate teacher training, the scarcity of adapted teaching materials, the absence of consistent public policies, and limited accessibility within school environments. The study also found that many education professionals are not sufficiently prepared to address the specific needs of deaf education, which hinders the implementation of inclusive pedagogical practices. The research underscores the importance of valuing Libras, providing ongoing teacher education, and adopting pedagogical strategies that respect the linguistic and cultural identity of deaf students. It is concluded that promoting quality literacy for deaf children requires investment in inclusive educational policies, accessible resources, and practices committed to equity and the linguistic rights of the deaf community.

Keywords: Deaf literacy. Bilingual education. Deafness. Libras.

SUMÁRIO	
2. INTRODUÇÃO	8
3. JUSTIFICATIVA	11
4. CAMINHOS METODOLÓGICOS	12
5. REFERENCIAL TEÓRICO	13
6. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	15
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
REFERÊNCIAS	21

1. INTRODUÇÃO

A temática central deste trabalho – a alfabetização de crianças surdas – abrange processos fundamentais que extrapolam o mero aprendizado da leitura e da escrita. Tais processos desempenham um papel crucial na promoção da autonomia das crianças, permitindo-lhes explorar o mundo de forma mais independente. Contudo, observa-se que a alfabetização de crianças surdas constitui um processo complexo, permeado por fatores sociais, políticos e culturais, o que nos leva a refletir sobre os desafios e as possibilidades presentes nesse campo, especialmente a partir de pesquisas acadêmicas já publicadas.

O desenvolvimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) tem como base histórica a Língua de Sinais Francesa (LSF) (Machado; Lopes, 2010). Até o século XVIII, não havia iniciativas sistemáticas para a instrução de pessoas surdas nas civilizações ocidentais. Educadores como Charles-Michel de l'Épée foram pioneiros na criação das primeiras instituições de ensino para surdos na Europa (Machado; Lopes, 2010). No Instituto Nacional de Surdos de Paris, a primeira escola voltada ao público surdo no Ocidente e ainda em funcionamento, predominavam dois métodos: o manualista, baseado na língua de sinais, e o oralista, centrado na fala e na leitura labial.

Posteriormente, no contexto histórico brasileiro, o francês Monsieur Saint George chegou à corte do Rio de Janeiro e apresentou um conde que era professor surdo (Machado; Lopes, 2010). Recebido cordialmente por Dom Pedro II, Saint George veio com o propósito de criar uma escola voltada para pessoas surdas no Brasil. Nesse cenário, envolvendo a instituição que foi criada, o Imperial Instituto de Surdos-Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), fundado em 1857 no Rio de Janeiro, destaca-se a atuação contemporânea da professora Solange Rocha, figura de referência na consolidação da Libras como instrumento legítimo de ensino e inclusão. Seu trabalho no local referido foi essencial para a valorização da identidade e da cultura surda no ambiente escolar (Gesser, 2009). Embora o Instituto tenha sido inicialmente influenciado pelo modelo oralista europeu, a atuação de educadores como Solange Rocha impulsionou a adoção de metodologias bilíngues, com a Libras como primeira língua e o português como segunda.

Solange Rocha também se destacou na formação docente e na produção acadêmica, tornando-se uma referência nacional na educação bilíngue de surdos. Sua atuação contribuiu decisivamente para transformar o INES em um espaço mais inclusivo, crítico e comprometido com os direitos linguísticos da comunidade surda (Gesser, 2009). Sua trajetória evidencia o impacto positivo da valorização das especificidades linguísticas e culturais dos surdos no ambiente educacional.

Nesse processo, a consolidação da Libras no Brasil resultou na adaptação e modificação dos sinais franceses por parte dos usuários surdos, formando uma nova língua de sinais com estrutura própria e independente. Apesar da influência inicial francesa, a Libras reflete aspectos culturais e identitários brasileiros, consolidando-se como uma língua natural do Brasil (Machado;Lopes, 2010).

A leitura do artigo “Crianças surdas e experiências com a palavra escrita”, de Rosane da Silva e Alessandra Seabra (2022), destaca os desafios enfrentados pelos alunos surdos no cotidiano escolar, revelando uma busca contínua por compreender a importância da alfabetização como direito historicamente negligenciado no país (Silva, 2022).

A resistência da comunidade surda brasileira é marcada por lutas e conquistas significativas. Em 2002, a sanção da Lei nº 10.436 reconheceu a Libras como meio legal de comunicação e expressão, assegurando o direito à comunicação e viabilizando a criação de escolas bilíngues (Brasil, 2002). Ainda assim, como aponta Silva (2022), persistem barreiras fundamentadas em visões capacitistas, que desvalorizam os corpos surdos e suas formas de expressão.

A surdez, longe de ser uma limitação, é considerada por muitas pessoas surdas como parte essencial de sua identidade. A língua de sinais é um elemento fundamental para seu desenvolvimento pessoal e social. Com isso, destaca-se a importância da acessibilidade em diversas esferas – educacional, cultural, tecnológica e comunicacional –, além da promoção de espaços acessíveis e eventos voltados à comunidade surda.

Constata-se, portanto, que o desenvolvimento deste artigo parte de uma reflexão crítica sobre a presença e o reconhecimento das crianças surdas nas salas de aula, especialmente no que tange à alfabetização de surdos. Ainda que a sociedade brasileira avance em termos de inclusão, persistem obstáculos à participação das pessoas surdas. Muitas vezes, são elas próprias que protagonizam a luta por equidade e cidadania.

A legislação brasileira tem avançado no que diz respeito aos direitos da população surda. Normas como a Constituição Federal de 1988, a LDB de 1996 e o Decreto nº 5.626/2005 garantem o acesso à educação e ao uso da Libras em diversos contextos, incluindo o escolar. Ademais, a Lei nº 12.319/2010 regulamenta a profissão de intérprete de Libras, ampliando o direito à comunicação e à inclusão.

Apesar dos avanços legais, persistem desafios estruturais e pedagógicos no processo de alfabetização de crianças surdas. Dificuldades relacionadas à formação docente, adaptação de currículos, escassez de materiais acessíveis e ausência de políticas educacionais efetivas impactam diretamente no desenvolvimento cognitivo, emocional e social dessas crianças.

A alfabetização das crianças surdas deve considerar, além da aprendizagem da língua escrita, o desenvolvimento da Libras como sua língua natural. A adoção de uma abordagem bilíngue é essencial para assegurar uma educação de qualidade e respeitosa às suas particularidades linguísticas e culturais.

É fundamental, ainda, investir na formação de professores, no desenvolvimento de materiais didáticos acessíveis – tanto impressos quanto digitais – e em tecnologias assistivas. A superação dessas barreiras amplia as possibilidades de participação dos surdos na vida política, cultural, científica e comunitária, contribuindo para uma sociedade mais justa, equitativa e plural.

Assim, a presente pesquisa propõe, como problema central, a análise dos desafios das diferentes abordagens pedagógicas na alfabetização de crianças surdas, considerando os fatores históricos e socioculturais que permeiam esse processo. A investigação está orientada pelas seguintes questões: (a) quais são os principais desafios enfrentados pelas crianças surdas no sistema educacional brasileiro, conforme apontado nas publicações científicas selecionadas? e (b) que dificuldades são vivenciadas pelos profissionais da educação que atuam diretamente com esses alunos?

Com o objetivo de responder a essas perguntas, este trabalho tem como objetivo geral localizar, por meio de uma revisão bibliográfica no Portal de Periódicos da CAPES, estudos publicados entre 2002 e 2024 que abordam os desafios no processo de alfabetização de crianças surdas no contexto educacional brasileiro. Os objetivos específicos são: (a) identificar os principais obstáculos enfrentados pelas crianças surdas durante o processo de alfabetização; e (b) investigar diferentes

metodologias e abordagens utilizadas no ensino da língua escrita para crianças surdas, com ênfase no papel da Libras e sua integração com a língua portuguesa.

Este trabalho está organizado da seguinte forma: a introdução apresenta o problema, as questões norteadoras e os objetivos da pesquisa. A segunda seção é dedicada à justificativa do estudo. A terceira aborda os procedimentos metodológicos utilizados. A quarta seção contempla o referencial teórico. A quinta apresenta a análise e discussão dos dados. A sexta seção expõe as considerações finais, e a sétima, a bibliografia utilizada. A seguir, desenvolve-se a segunda seção desta pesquisa.

2. JUSTIFICATIVA

Em primeiro lugar, é fundamental reconhecer que crianças surdas possuem necessidades linguísticas e educacionais distintas das crianças ouvintes. A base para estudar a alfabetização desses alunos reside na necessidade de desenvolver abordagens pedagógicas que sejam adequadas às suas especificidades. A ausência de estímulos auditivos pode afetar significativamente o processo de aprendizagem das crianças surdas, tornando o processo de alfabetização mais desafiador, a depender do conhecimento do professor acerca das especificidades da alfabetização de surdos e das condições de trabalho proporcionadas para sua atuação. Assim, compreender como superar essas barreiras é essencial para garantir a equidade de oportunidades educacionais (Lederberg, 2013).

Embora a inclusão de crianças surdas em escolas regulares seja uma realidade, muitas vezes os métodos de ensino tradicionais não atendem adequadamente às suas necessidades. A ausência de estratégias eficazes de alfabetização para estudantes surdos ainda representa um grande obstáculo à sua inclusão no ambiente escolar (Lederberg, 2013).

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi oficialmente reconhecida como a língua da comunidade surda no Brasil pela Lei nº 10.436/2002. No entanto, é importante destacar que esse reconhecimento ocorreu de forma tardia, considerando a história das normatizações educacionais, como a primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB), sancionada em 20 de dezembro de 1961. O Brasil já contava com uma comunidade surda antes desse período, com destaque para a criação do Imperial Instituto dos Meninos Surdo-Mudos, em 1857, hoje conhecido

como Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), mencionado anteriormente. Movimentos históricos, como a Oralização e a Comunicação Total, influenciaram os processos que levaram ao início do reconhecimento das línguas de sinais. Atualmente, é imprescindível compreender e respeitar o uso da Libras nos processos de alfabetização de surdos, pois isso é fundamental para promover a comunicação e o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita.

Além disso, o estudo sobre a alfabetização de crianças surdas têm impactos diretos na formação de professores. O conhecimento sobre estratégias pedagógicas específicas para esse público permite que os educadores atuem de maneira mais adequada em sala de aula, promovendo uma educação inclusiva e de qualidade.

Assim, pesquisas que abordem a educação de surdos, especialmente a alfabetização, são cruciais para identificar estratégias eficientes que promovam o desenvolvimento da leitura e da escrita, respeitando a língua natural dos surdos e suas especificidades. Ainda, diversas esferas da sociedade são beneficiadas por essas pesquisas. Em primeiro lugar, o sistema educacional é diretamente impactado, pois a formação de professores se torna mais robusta e qualificada. Profissionais da educação com conhecimento aprofundado sobre a alfabetização de surdos podem adotar abordagens inclusivas e eficazes, promovendo uma educação mais equitativa. Além disso, a comunidade surda como um todo é beneficiada, uma vez que a melhoria das práticas pedagógicas favorece o desenvolvimento de habilidades essenciais para participação social e profissional autônomas.

A sociedade em geral também é favorecida, pois a inclusão de surdos no ambiente escolar e, posteriormente, no mercado de trabalho e nos ambientes acadêmicos e científicos, contribui para a diversidade e para a criação de uma sociedade mais justa e inclusiva. A produção de conhecimento sobre alfabetização de surdos também auxilia no desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes, garantindo que o direito à educação de qualidade seja assegurado a todos. A partir disso, na seção a seguir estão apresentados os caminhos metodológicos percorridos para o desenvolvimento da presente pesquisa.

3. CAMINHOS METODOLÓGICOS

Com base nos objetivos estabelecidos neste projeto, realizou-se uma pesquisa de natureza bibliográfica, com abordagem qualitativa. O estudo teve como

propósito localizar, selecionar e analisar publicações científicas que abordassem a alfabetização de crianças surdas, considerando as especificidades linguísticas e pedagógicas desse público. O percurso metodológico envolveu a coleta, organização e análise de dados, com ênfase na relevância e profundidade dos conteúdos encontrados.

A coleta de dados foi realizada por meio do Portal de Periódicos da CAPES. Considerando o recorte temporal de 2002 a 2024, inicialmente teve-se como resultado 50 artigos. Para a busca foram utilizadas combinações de palavras-chave pertinentes ao tema, como “alfabetização”, “surdos”, “surdez” e “letramento”. Os resultados obtidos foram submetidos a critérios de inclusão e exclusão previamente definidos, com o objetivo de refinar a seleção das publicações e apresentados na sequência.

A triagem consistiu na análise dos títulos, resumos e palavras-chave das obras identificadas, com foco naquelas que tratavam especificamente da alfabetização de crianças surdas. Publicações que não se enquadraram no recorte temporal ou que não apresentavam relação direta com a temática central foram desconsideradas.

Posteriormente, os trabalhos selecionados foram analisados com base em seus conteúdos teóricos e nas contribuições oferecidas para a compreensão do processo de alfabetização de estudantes surdos. A sistematização dos procedimentos metodológicos foi registrada na Tabela 1, a fim de organizar e apresentar de forma clara os dados obtidos, facilitando sua análise e interpretação à luz da discussão apresentada:

Tabela 1: Dados coletados no Portal de Periódicos da Capes

Autor(es)	Ano	Título + link
Ahani Guedes de Mello	2016	Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a permanência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em pesquisa na UFSC https://www.scielo.br/j/csc/a/J959p5hgv5TYZgWbKvspRtF/abstract/?lang=pt
Isaac Figueredo de Freitas	2020	Alfabetização de surdos: para além do alfa e do beta scielo.br/j/rbedu/a/6WQDTppcbZMKyHbTyfCbnVC/?format=pdf&lang=pt

Vanessa Alves Pereira Thamires Silva de Oliveira	2023	Alfabetização e Letramento de alunos surdos: desafios e possibilidades em uma perspectiva bilíngue https://ojs.europubpublications.com/ojs/index.php/ced/article/view/2161/1724
Luiz Renato da Rocha	2023	A educação das pessoas surdas no Brasil: Uma análise ao longo de 20 anos (2020-2022) após o reconhecimento da lei de Libras. https://www.scielo.br/j/edur/a/Qqr4YJpLGLKncgGNG4RnWNG/
Marcos Antonio Evangelista	2024	As políticas públicas de educação para alunos surdos no Brasil: Desafios e inclusão no ambiente escolar. https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/47187/37298/487225
Cláudio Eduardo Resende Alves	2024	Currículo, alfabetização e Interseccionalidade na educação de pessoas surdas scielo.br/j/er/a/xqdHyYXz8qg74ZhGtGzypZz/?format=pdf&lang=pt

Fonte: elaborado pela autora.

Concluída a etapa de levantamento dos dados, elaboração da tabela acima e discussão dos principais conceitos abordados, procedeu-se à leitura dos textos selecionados, o que possibilitou a construção das análises e das considerações finais. A seguir, consta o Referencial Teórico que orientou o desenvolvimento da presente pesquisa.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

O ensino e uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras) são fundamentais no contexto educacional dos surdos, pois desempenham um papel fundamental no seu desenvolvimento, na construção da identidade, na autonomia, nas relações interpessoais e na comunicação com o mundo (Almeida, 2015).

A Libras é uma das línguas de sinais dos surdos no Brasil, sendo elas consideradas línguas naturais para eles. A Libras possui uma estrutura gramatical própria, ao aprender Libras desde cedo, os surdos têm a oportunidade de se expressar de forma natural, de compreender e serem compreendidos por outras

peessoas surdas e também por ouvintes que conhecem essa língua. Isso permite que eles sejam participantes ativos no processo educacional, possibilitando a qualificação de seu acesso ao conhecimento(Menezes, 2015).

Além disso, o ensino da Libras contribui para a construção da identidade surda. Ao terem a oportunidade de aprender a língua de sinais, os surdos têm acesso a uma comunidade linguística e cultural específica, o que fortalece a sua autoestima e senso de pertencimento. A Libras promove a valorização da cultura surda, permitindo que os surdos se reconheçam como membros de uma comunidade com uma história, valores e tradições próprias (Menezes, 2015).

Por meio da Libras, os surdos também desenvolvem a sua autonomia. Ao utilizarem uma língua de sinais como língua natural, eles podem tomar decisões, expressar suas opiniões e necessidades e se tornarem agentes ativos em seu próprio processo de aprendizagem. A Libras proporciona a independência necessária para que os surdos possam se expressar e serem compreendidos em diferentes contextos sociais (Menezes, 2015).

Além disso, o ensino da Libras facilita as relações interpessoais dos surdos. Ao terem uma língua em comum, eles podem estabelecer conexões mais profundas e significativas com outras pessoas surdas e ouvintes que conhecem Libras. A comunicação fluente em Libras promove a inclusão e a igualdade de oportunidades, permitindo que os surdos participem ativamente da sociedade e se relacionem de forma plena e satisfatória com as demais pessoas (Almeida, 2015).

Portanto, o ensino e o uso da Libras na educação dos surdos são imprescindíveis para o seu desenvolvimento integral. Por meio de línguas de sinais, os surdos podem se expressar, se relacionar, construir identidade, desenvolver autonomia e ter acesso ao conhecimento de forma plena. Por isso, é essencial que a Libras seja valorizada e promovida como parte essencial do processo educacional inclusivo, garantindo que os direitos dos surdos sejam efetivamente respeitados e promovidos (Almeida, 2015).

A língua portuguesa desempenha um papel crucial na educação de alunos surdos, sendo essencial para o desenvolvimento de habilidades de letramento e alfabetização. Através do ensino da língua portuguesa, os alunos surdos têm a oportunidade de adquirir conhecimentos linguísticos e competências de leitura e escrita, o que é fundamental para sua participação na sociedade e no ambiente educacional (Almeida, 2015).

No contexto da educação inclusiva, é necessário que sejam adotadas práticas pedagógicas que considerem as necessidades específicas dos alunos surdos. Nesse sentido, o ensino da língua portuguesa demanda ser planejado de forma a promover o desenvolvimento da escrita, bem como o domínio das estruturas gramaticais e vocabulário (Pontes, 2023), ao mesmo tempo em que respeita e considera a língua de sinais no contexto dos alunos surdos.

O processo de letramento e alfabetização de surdos requer estratégias diferenciadas, considerando que a língua portuguesa é uma língua não visual e que apresenta particularidades em relação à Libras. É fundamental que sejam utilizados recursos visuais, como imagens, vídeos e materiais didáticos especificamente planejados para esse público ou adaptados, que facilitem a compreensão e o aprendizado dos conteúdos. (Pontes, 2023).

Além disso, é importante que o ensino da língua portuguesa seja pautado em atividades significativas e contextualizadas, que estimulem a participação ativa dos alunos e promovam a interação social. O uso de tecnologias digitais, sendo elas assistivas ou não, como softwares, sítios eletrônicos, entre outros, também pode ser uma ferramenta para facilitar o acesso dos alunos surdos ao conteúdo em língua portuguesa (Pontes, 2023).

O letramento e a alfabetização em língua portuguesa para alunos surdos precisam ocorrer de forma progressiva, considerando as etapas do desenvolvimento linguístico de cada aluno. É importante que os professores estejam capacitados para trabalhar com alunos surdos, adquirindo conhecimentos sobre a língua portuguesa como segunda língua, as particularidades do processo de letramento e alfabetização e as estratégias pedagógicas adequadas (Menezes, 2015).

Logo, o ensino da língua portuguesa para alunos surdos no contexto do letramento e alfabetização é um processo complexo e desafiador, que requer práticas pedagógicas inclusivas e adaptadas às necessidades dos alunos. É fundamental que sejam adotadas estratégias diferenciadas, utilizando recursos visuais e tecnologias assistivas, para promover o desenvolvimento linguístico e a participação plena dos alunos surdos na sociedade e no ambiente educacional (Menezes, 2015).

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

O primeiro artigo, “Alfabetização de surdos: para além do alfa e beta”, de Isaac Figueredo de Freitas, publicado em 2020, traz grandes contribuições sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e discute a necessidade de políticas linguísticas que sistematizem e legitimem a proposta de ensinar à criança surda a língua portuguesa como a sua segunda língua.

O segundo artigo, intitulado “Currículo, alfabetização e interseccionalidade na educação de pessoas surdas” (2024), do autor Cláudio Eduardo Resende Alves, reflete e discute sobre os atravessamentos analisados à luz das teorias pós-críticas do currículo e da interseccionalidade, destacando como diferentes marcadores sociais influenciam as práticas e os processos de ensino aprendizagem. Além disso, o texto enfatiza a importância de considerar o contexto de vida e o conhecimento prévio dos estudantes, promovendo uma educação inclusiva e equitativa que reconheça a diversidade de corpos sujeitos presentes nos espaços escolares.

Além disso, o terceiro artigo, “Alfabetização e letramento de alunos surdos: desafios e possibilidades em uma perspectiva bilíngue”, da autora Vanessa Alves Pereira, publicado em 2023, contribuiu com uma grande importância alunos surdos se configura como parte fundamental no desenvolvimento de habilidades e competências da criança surda na infância. O artigo busca a compreensão de estratégias utilizadas para a educação e alfabetização destas crianças, observando e verificando as práticas pedagógicas que são usadas pelos professores, devido às dificuldades que são encontradas no percurso da alfabetização e da língua portuguesa escrita por ser uma segunda língua e como essas estratégias podem ser essenciais para ajudar no processo de alfabetização com uma melhor qualidade.

O artigo “Educação das pessoas surdas no Brasil: Uma análise ao longo de 20 anos (2002-2022) após o reconhecimento da lei de libras” o autor Luiz Renato da Rocha (2023) analisa as mudanças proporcionadas pela legislação, utilizando dados estatísticos dos censos educacionais para avaliar avanços e desafios. Desse modo, observa-se que houve aumento significativo no número de matrículas de estudantes surdos e com deficiência auditiva na educação básica e superior. A Lei de Libras 10.436/2002 reconheceu a Língua Brasileira de Sinais como meio de comunicação e expressão, garantindo sua difusão e utilização em diversos espaços, Além disso, vale ressaltar que outras leis e decretos, como o Decreto Nº. 5.626/2005 e a Lei Nº. 14.191/2021, também contribuíram para ampliar direitos e oportunidades

educacionais para a comunidade surda. A polarização na Educação básica aborda sobre a existência de uma dicotomia entre escolas especializadas e escolas comuns, como tensões sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos, que só foi reconhecida como uma modalidade de educação escolar em 2021.

De acordo com o artigo “As políticas públicas de educação para alunos surdos no Brasil: Desafios e inclusão no ambiente escolar” , o autor Marcos Antonio Evangelista (2024) aponta os desafios e avanços relacionados à inclusão no ambiente escolar. O artigo discute a evolução histórica da educação de surdos, desde práticas discriminatórias da idade média até a implementação de políticas inclusivas contemporâneas. Destaca a importância da Declaração de Salamanca (1994), que reforça a necessidade de escolas inclusivas e adaptadas às necessidades de alunos com deficiência. Além disso, apontam a transição do oralismo para o bilinguismo, que utiliza Libras como primeira língua e o português escrito como segunda língua, promovendo maior acessibilidade e inclusão. Ademais, o autor explora os desafios enfrentados pelas escolas, como a falta de professores capacitados, materiais didáticos bilíngues e infraestrutura adequada. O escritor também aponta a necessidade de formação de tradutores e intérpretes de Libras, bem como de políticas que garantam o acesso à comunicação e à informação para alunos surdos. Portanto, os escritores sugerem estratégias para melhorar a inclusão, como capacitação docente, envolvimento dos pais e adaptação curricular, além de recomendar novas pesquisas para aprofundar o tema e buscar soluções inovadoras

O artigo “Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a permanência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em pesquisa na UFSC” (2016), da autora Anahi Guedes Melo, apresenta sobre as barreiras éticas e burocráticas predominante e pelo capacitismo presente na avaliação de projetos de pesquisa social, especialmente aqueles que envolvem pessoas com deficiência. A autora relata as exigências do CEP/UFSC para adaptar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), incluindo a previsão de autorização por representantes legais para pessoas consideradas “incapazes”, a autora argumenta que essa demanda fere a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que garante capacidade legal às pessoas com Deficiência. Diante disso, observa-se que a escritora relata sobre a diferença que a vulnerabilidade decorre de desigualdades e não deve ser confundida com a incapacidade funcional. Melo (2016) sugere a adoção do termo “capacitismo” na língua portuguesa para vizibilizar a opressão

contra pessoas com deficiência e promover maior inclusão social e política. O artigo utiliza a teoria crip para desconstruir a corponomatividade e criticar os sistemas de opressão que marginalizam pessoas com deficiência. Portanto, vale ressaltar que o artigo é uma crítica ao capacitismo e à primazia do modelo biomédico nos processos de revisão ética, propondo mudanças que respeitem a autonomia e os direitos das pessoas com deficiência.

A princípio, vale ressaltar que a alfabetização de crianças surdas apresenta dificuldades porque ainda precisa ser abordada de forma mais específica na formação inicial e continuada dos profissionais que atuam nessa etapa de aprendizagem, especialmente considerando que a língua portuguesa é ensinada como uma segunda língua, sendo a Libras a primeira e natural para os alunos surdos. Desse modo, observa-se que isso exige metodologias específicas que, muitas vezes, não são aplicadas corretamente. Além disso, a falta de domínio da Libras por professores e colegas compromete a comunicação e o aprendizado, levando à exclusão social e acadêmica.

Diante disso, observa-se que é preciso preparar profissionais da educação para lidar com as especificidades das crianças surdas, seja no que diz respeito à Libras enquanto língua, seja no que tange à estratégias adequadas para a alfabetização de surdos. O uso de materiais voltados para ouvintes compromete a aprendizagem significativa dos alunos surdos, bem como a ausência de intérpretes ou profissionais qualificados compromete o acesso à informação e dificulta a mediação do conhecimento.

A inclusão de crianças surdas em escolas regulares, quando realizada de forma meramente formal, revela-se insuficiente, uma vez que essas crianças frequentemente não recebem o suporte necessário para a efetiva construção do conhecimento. Nesse contexto, a ausência de políticas linguísticas e educacionais bem definidas compromete diretamente a implementação de uma educação inclusiva adequada às especificidades da comunidade surda. Ainda, observa-se que os ambientes escolares não são totalmente adaptados, o que dificulta o desenvolvimento de práticas pedagógicas fundamentadas na experiência visual — elemento essencial no processo de ensino-aprendizagem das crianças surdas.

A ausência de práticas comunicacionais eficazes no ambiente escolar contribui significativamente para o isolamento e a exclusão de estudantes surdos, afetando negativamente sua integração e desenvolvimento. Essa realidade está

fortemente atrelada à prevalência de uma concepção biomédica da deficiência, que tende a marginalizar as potencialidades das crianças surdas ao ignorar suas especificidades linguísticas e culturais. A falta de reconhecimento e valorização da cultura surda repercute diretamente na construção da identidade e na autoestima desses sujeitos, comprometendo seu desenvolvimento pessoal e social. Soma-se a isso o reduzido uso de tecnologias assistivas e de materiais pedagógicos digitais adaptados, bem como a escassez de iniciativas voltadas ao desenvolvimento e à disseminação de recursos tecnológicos alinhados à realidade da comunidade surda, o que evidencia a necessidade de políticas educacionais mais inclusivas e sensíveis à diversidade linguística.

Diante dos desafios identificados, torna-se evidente que a alfabetização de crianças surdas não pode ser concebida como um simples processo de adaptação superficial às práticas escolares convencionais. É imprescindível promover uma reestruturação profunda das metodologias pedagógicas, reconhecendo a Libras como primeira língua e assegurando a formação específica e continuada dos profissionais da educação. A superação dessas barreiras exige o fortalecimento de políticas públicas comprometidas com a equidade, bem como a consolidação de uma cultura escolar que valorize, respeite e integre a identidade linguística e cultural da comunidade surda. Ademais, destaca-se que a carência de formação adequada entre os docentes representa um entrave significativo à implementação de metodologias específicas eficazes, comprometendo os processos de ensino-aprendizagem e limitando as possibilidades de desenvolvimento pleno dos estudantes surdos.

Além da ausência de formação específica, muitos educadores não dominam a Língua Brasileira de Sinais (Libras), o que compromete a comunicação direta com os estudantes surdos e dificulta a mediação pedagógica eficaz. Essa lacuna contribui para a dependência de intérpretes em sala de aula, restringindo a autonomia docente e a construção de vínculos pedagógicos mais significativos. Soma-se a isso a escassez de materiais didáticos adaptados à realidade linguística e visual dos alunos surdos, bem como a limitada utilização de estratégias visuais e de recursos tecnológicos que atendam às especificidades desse público. A carência de abordagens pedagógicas que valorizem a visualidade como princípio estruturante da aprendizagem surda compromete a qualidade do processo educativo. Ademais, observa-se a inexistência de diretrizes claras e consolidadas para a implementação

da educação bilíngue, o que acarreta insegurança tanto pedagógica quanto institucional. A falta de uma comunidade colaborativa de prática entre os profissionais da educação também dificulta o compartilhamento de experiências e o aprimoramento contínuo das ações pedagógicas voltadas a estudantes surdos.

A partir dos dados coletados, diversos docentes relatam sentimentos de frustração e insegurança diante da percepção de não conseguirem promover o pleno desenvolvimento de seus alunos surdos. Tal cenário tende a gerar desmotivação profissional, sobretudo quando associado à ausência de apoio institucional e à falta de oportunidades de formação continuada. As evidências presentes na literatura indicam que os desafios enfrentados pelos profissionais da educação que atuam com estudantes surdos são de natureza estrutural, pedagógica e emocional. A superação dessas barreiras demanda investimentos em formação docente contínua, políticas públicas comprometidas com a inclusão, valorização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como língua de instrução, bem como o desenvolvimento e a disponibilização de recursos pedagógicos específicos. Tais medidas são fundamentais para a construção de uma prática educacional verdadeiramente inclusiva, equitativa e de qualidade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa, de cunho bibliográfico, teve como objetivo central compreender os desafios enfrentados por crianças surdas e pelos profissionais da educação no processo de alfabetização. A análise das publicações acadêmicas selecionadas permitiu constatar que a alfabetização de crianças surdas ainda é marcada por obstáculos significativos de ordem linguística, pedagógica, estrutural e atitudinal.

Entre os principais entraves enfrentados pelas crianças surdas, destaca-se a dificuldade de acesso a práticas pedagógicas que respeitem sua língua natural — a Língua Brasileira de Sinais (Libras) —, bem como a ausência de recursos didáticos adequados e de um ambiente escolar acessível e inclusivo. Tais fatores comprometem diretamente o desenvolvimento linguístico, cognitivo e social dessas crianças, prejudicando sua autonomia e participação ativa na sociedade.

No que se refere aos profissionais da educação, a pesquisa revelou que muitos professores ainda não se encontram suficientemente preparados para atuar com alunos surdos, carecendo de formação específica em Libras e em metodologias de ensino para surdos. Essa lacuna formativa repercute na prática pedagógica, resultando em estratégias pouco eficazes para o processo de letramento e alfabetização desses educandos. Soma-se a isso a escassez de políticas públicas consistentes e a falta de apoio institucional contínuo, que contribuíram para a superação dessas dificuldades.

Diante do exposto, torna-se evidente a urgência de se investir na formação continuada dos docentes, na produção e disseminação de materiais acessíveis e na implementação de políticas educacionais que efetivamente garantam os direitos linguísticos e culturais da comunidade surda. A valorização da Libras como língua de instrução e o reconhecimento da cultura surda como componente essencial da educação inclusiva são pilares fundamentais para uma transformação significativa no cenário atual.

Portanto, observa-se que a promoção de uma alfabetização de qualidade para crianças surdas exige um esforço conjunto entre educadores, gestores, pesquisadores e legisladores. Somente por meio de práticas pedagógicas fundamentadas no respeito à diferença e na equidade de oportunidades será possível assegurar o desenvolvimento das crianças surdas e sua inserção cidadã em uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Wolney Gomes. Educação de surdos: formação, estratégica e prática docente. Ilhéus-Ba: Editus, 2015. 193p. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/m6fcj/pdf/almeida-9788574554457.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2024.

ALHULAYS, Sarah Abed; ALHULAYS, Sarah Abed. TECNOLOGIA DE SOLUÇÕES DE COMUNICAÇÃO E TRADUÇÃO NA EDUCAÇÃO DE ALUNOS SURDOS. International Journal Of Advanced Research, [S.L.], v. 01, pág. 698-707, 31 jan. 2023. Revista Internacional de Pesquisa Avançada. <http://dx.doi.org/10.21474/ijar01/16069>

BRASIL. Constituição (1988). Lei nº 1988, de 05 de outubro de 1988. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - 1988.. **Constituição de 1988.** Brasília , 05 out. 1988. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=CON&numero=&ano=1988&ato=b79QTWE1EeFpWTb1a>. Acesso em: 15 jun. 2024.

BRASIL. Constituição (2002). Lei nº 10436, de 24 de abril de 2002. DISPÕE SOBRE A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.. **Lei Nº 10.436 de 24 de Abril de 2002.** Brasília , 25 abr. 2002.
A INCLUSÃO DO SURDO MEDIANTE A ALFABETIZAÇÃO EM PORTUGUÊS. Ponta Grossa: Teias do Conhecimento, 01 nov. 2023.

BRASIL. Constituição (2010). Legislativo nº 12.319, de 01 de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras). (Redação dada pela Lei nº 14.704, de 2023). **Regulamentação, Exercício Profissional, Tradutor, Intérprete, (Libras)**.. Brasília , 02 set. 2010.

GESSER, Audrei. *LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda.* São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

KNOORS, Harry; TANG, Gladys; MARSCHARK, Marc. Bilingualism and Bilingual Deaf Education. *Bilingualism And Bilingual Deaf Education*, [S.L.], p. 1-20, 30 jun. 2014. Oxford University Press.

LEDERBERG, Amy R.; SCHICK, Brenda; SPENCER, Patricia E.. Language and literacy development of deaf and hard-of-hearing children: successes and challenges.. **Developmental Psychology**, [S.L.], v. 49, n. 1, p. 15-30, jan. 2013. American Psychological Association (APA). <http://dx.doi.org/10.1037/a0029558>.

LIBRAS EM FORMA DE LEI: UM ANO DEPOIS. Rio de Janeiro: Feneis, 2013

Vieira-Machado, Lucienne Matos da Costa Lopes; Maura Corcini. **Educação de surdos políticas, Língua de Sinais, Comunidade e Cultura Surda**: políticas, língua de sinais, comunidade e cultura surda. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010. 47 p.

MELLO, Anahi Guedes de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do comitê de ética em pesquisa da ufsc. *Ciência & Saúde Coletiva*, [S.L.], v. 21, n. 10, p. 3265-3276, out. 2016. FapUNIFESP (SciELO).

<http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320152110.07792016>. Disponível em: [file:///C:/Users/carli/Downloads/Defici%C3%Aancia,%20incapacidade%20e%20vulnerabilidade%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/carli/Downloads/Defici%C3%Aancia,%20incapacidade%20e%20vulnerabilidade%20(2).pdf). Acesso em: 23 mar. 2025.

MENEZES, Jane Eire Silva Alencar de. *Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)*.

Fortaleza-Ce: Eduece, 2015. 153 p. Disponível em:

https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/176804/2/Livro_Linguagem%20Brasileira%20de%20Sinais_Libras.PDF. Acesso em: 13 ago. 2024.

O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA ALUNOS SURDOS: PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO. Goiás: UFG, v. 5, 26 nov. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revsinal/article/view/55525>. Acesso em: 15 jun. 2024.

PONTES, Alexson José Nunes de. O ensino colaborativo como possibilidade de viabilizar o ensino de português como segunda língua aos surdos. **CONCILIUM**, Paraíba, v. 5, n. 1, p. 1-14, 20 mar. 2023. Disponível em: <file:///C:/Users/carli/Downloads/clm23c11-clm23c11-2.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2024.

ROCHA, Luiz Renato Martins da; PASIAN, Mara Silvia. A EDUCAÇÃO DAS PESSOAS SURDAS NO BRASIL: uma análise ao longo de 20 anos (2002-2022) após o reconhecimento da lei de libras. **Educação em Revista**, Santo André- São Paulo, v. 39, n. 1, p. 1-12, 2023. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0102-469840565>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/edur/a/Qqr4YJpLGLKncgGNG4RnWNG/?format=pdf&lang=pt>.
Acesso em: 02 ago. 2024.

SILVA, R. A. F. DA; SEABRA, A. G. Crianças surdas e experiências com a palavra escrita. *Educação e Pesquisa*, v. 48, 2022.